

Working
Paper

575

GEOECONOMIA - Nº 22
Working Paper Series
Junho de 2025



SAO PAULO SCHOOL
OF ECONOMICS

GEOECONOMIA: NOVO REFERENCIAL DE ANÁLISE

Vera Thorstensen

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV Nº19

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV EESP

www.fgv.br/eesp

GEOECONOMIA: NOVO REFERENCIAL DE ANÁLISE

Vera Thorstensen¹

Centro de Estudos de Geoeconomia do Comércio e Investimentos
EESP FGV

Resumo: O presente artigo introduz a geoeconomia como um novo referencial analítico para compreender a ordem internacional contemporânea, marcada por múltiplas crises e pela fragmentação do sistema multilateral de comércio. O estudo propõe uma abordagem multidisciplinar que articula Economia Internacional, Direito Internacional e Relações Internacionais, destacando a instrumentalização de políticas comerciais, financeiras e tecnológicas por Estados e empresas em função de objetivos geopolíticos. Enfatiza-se a disputa entre grandes potências, especialmente EUA e China, e a necessidade de identificar os impactos desse cenário sobre países como o Brasil. A geoeconomia é apresentada como ferramenta essencial para interpretar os desafios contemporâneos e orientar políticas públicas e estratégias empresariais em um mundo cada vez mais orientado por considerações de segurança econômica.

Palavras-chave: Geoeconomia; Comércio Internacional; Regulação Global; OMC

Abstract: This article introduces geoeconomics as a new analytical framework for understanding the contemporary international order, marked by multiple crises and the fragmentation of the multilateral trade system. The study adopts a multidisciplinary approach that connects International Economics, International Law, and International Relations, emphasizing the instrumentalization of trade, financial, and technological policies by states and corporations to achieve geopolitical objectives. The article highlights the rivalry between major powers, particularly the United States and China, and underscores the need to assess the impacts of this scenario on countries such as Brazil. Geoeconomics is presented as a key tool for interpreting current global challenges and for guiding public policies and corporate strategies in a world increasingly shaped by economic security concerns.

Palavras-chave: Geoeconomics; International Trade; Global Regulation; WTO

Código JEL F00; F10; F59; K19

Introdução

Geoeconomia emerge como novo referencial analítico para se estudar as complexidades do mundo atual. Procura examinar a dinâmica da interrelação entre Economia Internacional, Direito Internacional e Relações Internacionais, com o objetivo de melhor entender as múltiplas crises que geraram a multipolaridade do contexto internacional.

Em síntese, geoeconomia analisa o uso de instrumentos de comércio e investimentos internacionais, bem como das finanças internacionais, como meio para a defesa ou promoção de interesses nacionais atrelados à obtenção de objetivos geopolíticos.

¹ Professora da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Coordenadora do FGV-EESP Geoeconomia. Foi a criadora e coordenadora do CCGI Centro de Comércio Global e Investimentos desde 2010. Coordenadora da Cátedra OMC no Brasil. Foi *Chair* da *Task Force Trade and Investment* do T20, grupo de engajamento do G20 em 2024. É membro do Executive Committee da SIEL – Society on International Economic Law.

Os principais atores desse grande jogo internacional são Estados Unidos e China. Alianças compõem o cenário: *Global West* (EUA, Europa e aliados) contra o *Global East* (China, Rússia e aliados). Países emergentes em desenvolvimento, com interesses difusos se agrupam em diferentes geometrias, flexíveis e instáveis, com denominações que variam de *Global South*, *Middle Powers* ou *Global Rest* (Índia, África do Sul, Indonésia, Turquia). Os grandes lances desse jogo podem ser traçados desde as crises econômicas do final dos anos 1990 e primeira década dos anos 2000, com a integração da China ao sistema multilateral de comércio e sua emergência como potência econômica e militar.

A disputa entre as duas potências, EUA e China, foi um dos fatores da fragmentação do sistema econômico multilateral, construído ao longo dos últimos 70 anos, sob liderança dos Estados Unidos e aliados. As organizações internacionais criadas para construir uma governança global mais equitativa foram perdendo espaço e atualmente sobrevivem enfrentando profundas crises de identidade. O sistema multilateral, desenvolvido ao longo de sete décadas, a partir de princípios, instrumentos, regras internacionais e mecanismo de solução de conflitos, permitiu o crescimento econômico acelerado dos anos 2000, mas atualmente enfrenta sérios desafios. As crises financeiras, a pandemia e as guerras na Europa e no Oriente Médio, às quais se adiciona a dificuldade de cooperação nas áreas de economia digital e mudanças climáticas, além da concentração de riquezas em poucos países, demonstram a fragilidade da construção da ordem internacional e desafiam a arquitetura de todo o sistema.

Os objetivos de busca de poder e de riquezas da geopolítica tradicional, baseados em conquistas territoriais e na força das armas agora são também obtidos por meio de instrumentos econômicos do comércio e investimentos ou das finanças. Tais instrumentos podem ser usados tanto para a cooperação quanto para a coerção sobre os demais parceiros, e podem trazer resultados tão eficientes quanto os das armas, sejam elas tradicionais ou tecnológicas. Mas as consequências podem ser danosas para o sistema multilateral.

O uso estratégico de instrumentos econômicos e financeiros para promover interesses geopolíticos ganha centralidade, evidenciando como os ganhos econômicos tornam-se instrumentos de poder e influência no contexto internacional, como proposto pela nova governança econômica ou *economic statecraft*.

O termo geoeconomia não é novo. Autores como Luttwak e Blackwill nos Estados Unidos e como Baracuh e Choer de Moraes no Brasil já ressaltaram a crescente importância da geoeconomia. Após o fim da Guerra Fria, o termo geoeconomia começou a substituir o uso tradicional do conceito de geopolítica, baseado na força militar, como principal mecanismo de poder e coerção.

A transformação da ordem econômica mundial foi acelerada por eventos marcantes, como a crise financeira de 2008, a pandemia de COVID-19 e as tensões comerciais entre grandes potências, principalmente os Estados Unidos e a China. Disputas geopolíticas entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e Irã ampliaram o quadro de incertezas. Esse contexto trouxe à tona um novo conceito na discussão econômica, o de segurança econômica internacional. Diferente da segurança militar, a segurança econômica é mais ampla, envolvendo saúde, alimentação e objetivos sociais, além de avanços na economia digital. A crescente "securitização" das políticas econômicas, as facilidades dos transportes, de

comunicação e processamento de dados transformaram a interdependência econômica global em uma poderosa ferramenta de influência com o poder de alterar as dinâmicas de cooperação e competição entre os Estados. As políticas econômicas globais passaram a ser moldadas por rivalidades geoeconômicas e políticas de autossuficiência tecnológica. A competição estratégica entre Estados Unidos e China desencadeiam disputa mais ampla, com contornos indefinidos, evidenciando a corrida pela independência econômica e tecnológica entre Ocidente e Oriente. A dimensão ambiental transformou-se em instrumento de cooperação, mas também de protecionismo entre os países. Da mesma forma, as medidas adotadas sob argumento de preservação de segurança nacional.

A fragmentação das cadeias globais de valor e a regionalização do comércio são reflexos diretos da competição entre superpotências. A guerra tecnológica no contexto atual, exemplificada principalmente pela disputa no setor de semicondutores entre os Estados Unidos e a China, ilustra a importância da geoeconomia no planejamento estratégico de nações e empresas. Nesse contexto, emergem ideias e conceitos com profundos impactos na economia, como o *decoupling* nos Estados Unidos entre Estados Unidos e China e o *derisking* na Europa com relação à Rússia e à China. A consequência se reflete na alteração ou mesmo quebra das cadeias globais de valor e na estratégia de *nearshoring* para descrever as novas alianças regulatórias que facilitam o comércio e a produção e o investimento entre países entre países ditos aliados.

Nesse cenário, mesmo nos países que seguem o modelo do neoliberalismo, as exigências de segurança econômica incentivam o Estado a assumir papel mais atuante na economia, como elemento catalizador do desenvolvimento de novas capacidades (*capabilities*) necessárias à criação de ativos considerados estratégicos, em estreita parceria com o setor privado. Os ditames da segurança econômica impõem a entrada do Estado e o retorno de políticas industriais por meio de parcerias e vultosos subsídios.

A partir das lentes da geoeconomia, o quadro de insegurança atual, gerado pelas sucessivas crises mundiais, passou a exigir que o Estado assumisse papel mais proativo para enfrentar novos desafios. São exemplos: a constatação de que os governos, durante a pandemia, mostraram debilidade frente à dependência de produtos médicos importados da China; a experiência com escassez de insumos produtivos levando à substituição de importações; a constatação de que o enfrentamento da crise climática exige uma transição energética por meio de fontes menos dependentes do petróleo, com produtos que utilizem energia renovável; o desenvolvimento de novas tecnologias que requerem uso de minerais críticos ainda dependentes da China; a constatação de que a China está se firmando como potência militar com produtos mais avançados que os dos EUA. Todos esses elementos levam as grandes potências a repensarem suas estratégias econômicas e de segurança.

Com a lógica do imperativo da segurança econômica e a revisão do papel do Estado, os governos passam a considerar o fortalecimento de certos ativos estratégicos como fundamentais. Tais ativos englobam infraestrutura para o desenvolvimento de centros de inovação tecnológica e desenvolvimento, bem como capacidade de produção para bens e serviços considerados estratégicos. Na lógica atual, cadeias globais deram lugar à necessidade da retomada da produção nacional ou à coordenação de países que partilhem os mesmos interesses. Esse quadro explica boa parte da guerra tecnológica entre China e EUA, focada especialmente em chips e semicondutores, bem como os vultosos subsídios a implantação ou para realocação de unidades produtivas para México ou Vietnã.

A grande questão é como definir o que é um produto ou serviço considerado como bem de segurança nacional para cada país, ou seja, o que deve ser produzido ou prestado em território nacional ou adquirido de parceiros confiáveis, de modo a permitir a elaboração de políticas e instrumentos de apoio para as novas políticas industriais. Setores industriais e de geração de tecnologia passam a receber atenção especial do Estado com a elaboração e execução de políticas públicas especiais. O Estado define áreas que possam ser críticas e elabora políticas específicas para o fortalecimento dessas áreas.

Assim, na lógica da geoeconomia, o Estado intervém nas áreas consideradas estratégicas em termos de segurança econômica para os interesses nacionais: certos bens e serviços, economia digital (Internet das Coisas e Inteligência Artificial), farmacêutica, minerais críticos, energia e todo o complexo de defesa.

A atuação dos Estados se concretiza por meio de incentivos e financiamentos, além de subsídios à implantação de unidades produtivas. Outras medidas são efetuadas com o controle de importações de bens ou serviços ou de exportações de produtos sensíveis para a segurança do país exportador. Mais ainda, a criação de medidas de controle de capitais via investimentos, com o objetivo de impedir a aquisição de participação acionária por países considerados concorrentes ou inimigos por meio de regulação, criação de agências de avaliação e triagem de investimentos ou *screening*.

A multiplicidade de intervenções – explícitas ou dissimuladas – de políticas públicas não é, contudo, suficiente para lidar com as diversas dimensões envolvidas. A efetividade da ação do Estado passa a depender da atuação das empresas, de modo convergente às políticas adotadas. Nesse sentido, a geoeconomia tem que considerar, além dos interesses dos diversos países, também os interesses das grandes empresas com operação nacional ou em outras regiões, como condição básica para se entender boa parte das posições adotadas pelos diversos governos no cenário internacional.

A partir dessa abordagem multidisciplinar, a geoeconomia se estabelece como referencial prioritário para se compreender as dinâmicas de poder e a nova ordem econômica mundial.

Instrumentos da geoeconomia

Os principais instrumentos analisados pela geoeconomia permitem identificar efeitos positivos e negativos e devem cobrir diferentes setores. Podem afetar países, empresas ou indivíduos. São eles:

- Comércio: elevação de tarifas, restrições a exportações ou importações, estabelecimento de quotas, medidas (*measures*) e normas (*standards*) técnicas, sanitárias, fitossanitárias ou ambientais, subsídios para alavancar novos setores, regras de origem, conteúdo local, compras governamentais ou sanções por meio de regulação interna, regulação de serviços e de propriedade intelectual. Participação ou não em acordos preferenciais de comércio tipo de regulação negociada.

- Finanças: investimentos condicionados, controle de origem dos investimentos (*screening*), empréstimos subsidiados, doações, contribuições ou perdão de dívidas, restrições ao fluxo de capitais ou ao controle de capitais, taxas de câmbio, venda de títulos ou ativos, transferências financeiras (*Swift*) ou sanções financeiras.

- Assistência econômica: condicionamento de doações, ajuda alimentar ou sanitária, direitos humanos, exigências ambientais, regras sobre emissão de carbono ou sobre direito dos trabalhadores. Regras para remessas de divisas, grau de condicionalidade nas atividades de cooperação

- Tecnologias de ponta: incentivos ou restrições ao desenvolvimento ou ao uso de novas tecnologias, plataformas digitais, chips e semicondutores mais avançados, inteligência artificial, cibersegurança, além de restrições à proteção da propriedade intelectual (patentes e direitos autorais).

Setores afetados

O uso de instrumentos geoeconômicos pode impactar diferentes setores da economia. Os mais sensíveis seriam:

- . fontes convencionais e renováveis de energia
- . semicondutores
- . tratamento de dados
- . cibernética e cibersegurança
- . extração de minérios e produção de metais convencionais e críticos
- . produção de commodities
- . máquinas e equipamentos
- . farmacêutica e química
- . automobilístico e de aeronaves

Efeitos sobre o Brasil

O Brasil não se posiciona como um grande parceiro (*big player*) do jogo geoeconômico. Tem limitado poder econômico para atuar fora de suas fronteiras e se colocar dentre os principais jogadores internacionais. No entanto, como um parceiro médio (*middle power*), apresenta ativos importantes em algumas áreas e pode exercer relativo poder de barganha, como na agricultura, meio ambiente, energia e mineração.

No cenário atual, além dos Estados, são também as grandes empresas que desempenham papel de destaque contexto internacional. Os desafios passam a ser enfrentados em conjunto não só por governos, mas também por empresas e associações. É então relevante analisar os impactos da geoeconomia não só sobre políticas industriais, mas sobre setores da sua economia. As políticas econômicas serão cada vez mais influenciadas pelas decisões dos grandes atores internacionais, e terão consequências nas atividades desempenhadas por cada empresas em cada setor em foco. E, mais importante ainda, as empresas terão que analisar as ações implementadas na área internacional, no seu país de operação e nos países onde atuam, bem como às reações de outros países e empresas, antes de decidirem pelas estratégias a seguir. Equipes de análise de risco político e risco geoeconômico passam a exercer papel de destaque nas decisões.

Impactos da Geoeconomia sobre a OMC

O uso dos instrumentos do comércio e investimentos, bem como das finanças, com objetivos geopolíticos, como o praticado por EUA e UE de um lado e China de outro,

representa sério risco à sobrevivência do sistema multilateral de comércio centrado na Organização Mundial do Comércio (OMC) e em seus Acordos. Tal uso abala os princípios basilares do sistema: o cumprimento de regras e a não-discriminação entre países. Estruturado como um sistema de negociação recíprocas de regulações sob supervisão de pares e submetido a mecanismo de solução de conflitos, o então Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade*) e agora OMC foram responsáveis pelo significativo crescimento do comércio e investimentos internacionais, nos últimos 70 anos, bem como pelo desenvolvimento econômico de muitos países.

No contexto atual, a multiplicação de exceções às regras dos acordos multilaterais e imposições unilaterais de medidas comerciais, por alguns países, podem conduzir à não-observância dos princípios básicos do sistema, e por consequência, ao progressivo enfraquecimento de todo o regime multilateral.

Pode-se antever que a guerra comercial que se avizinha entre *Global West* contra a *Global East* trará sérios prejuízos para todo o *Global Rest*. O Brasil, como integrante relevante do grupo de países médios ou emergentes, tem papel fundamental a realizar. O Brasil pode liderar os países *Middle Players* a reformarem e reposicionarem a OMC como foco central do comércio internacional. O Brasil, dado seu histórico nas negociações passadas, pode exercer papel de destaque na recriação da OMC para um novo sistema internacional.

Objetivos dos Cadernos de Geoeconomia

Os objetivos da série Cadernos de Geoeconomia são de oferecer aos interessados uma visão geral da geoeconomia como campo de estudo; apresentar um quadro teórico com perspectiva histórica de como o conceito de geoeconomia e suas interpretações se desenvolveu, bem como possibilitar algumas inferências sobre a maneira como a utilização de instrumentos de geoeconomia pode afetar as políticas econômicas do Brasil, além das atividades das empresas.

O objetivo deste trabalho é desvendar a nova realidade internacional sob a ótica da geoeconomia, ressaltando sua relevância e sistematizando seus conceitos, de uma forma didática, uma vez que, claramente, esses são conceitos ainda em construção.

A série Cadernos de Geoeconomia estará dividida em temas considerados essenciais a uma compreensão preliminar da geoeconomia. São abordadas as principais ideias desenvolvidas ao longo de relevantes períodos históricos, os principais autores e correntes de pensamento, além de novas configurações de poder político e a influência econômica e geográfica que se desenham em nosso tempo.

O segundo Caderno, intitulado **Geoeconomia: economia, direito e diplomacia em perspectiva multidisciplinar**, aborda a evolução do conceito de geoeconomia, que surge na interseção entre economia e geopolítica para fins estratégicos dos Estados. O texto é iniciado explorando a relevância crescente da geoeconomia em um mundo multipolar, destacando como o poder econômico passou a ser utilizado para promover interesses políticos e estratégicos. Em seguida, a análise histórica, baseada nos estudos do diplomata Braz Baracuhy, traça o desenvolvimento da disciplina através de três gerações de autores, desde os clássicos da geopolítica até a consolidação da geoeconomia no pós-Guerra Fria.

Adicionalmente, discute-se como a geoeconomia, proposta por Luttwak, estrategista americano, emergiu como uma resposta à substituição do uso da força militar por ferramentas econômicas, enfatizando a competição econômica e o uso de instrumentos como sanções e políticas comerciais para alcançar objetivos geopolíticos. Autores como Blackwill e Harris dos Estados Unidos e Choer Moraes, diplomata brasileiro, contribuem para essa análise, destacando o declínio da ordem liberal e o surgimento de uma nova ordem geoeconômica, na qual os ganhos relativos e a competição econômica entre Estados se tornam fundamentais. Por fim, o capítulo conclui com a apresentação abrangente de vários temas abordados na geoeconômica contemporânea.

O terceiro Caderno de Geoeconomia, intitulado **Geoeconomia – conceitos, instrumentos e atores da nova ordem econômica** explora as profundas transformações da ordem econômica global, impulsionadas por eventos como a crise financeira de 2008, a guerra comercial entre EUA e China, e a pandemia de COVID-19. A crescente rivalidade entre EUA, China e UE molda o cenário atual, caracterizado por disputas comerciais e tecnológicas intensas, especialmente no setor de semicondutores. O conceito de 'interdependência armada' ilustra como essas potências utilizam redes econômicas globais para obter vantagens geopolíticas.

Neste contexto, a China, por meio de sua estratégia de autossuficiência tecnológica e a abrangente Iniciativa de Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative-BRI*), expande sua influência, especialmente no Sul Global. Essa abordagem geoeconômica chinesa gera tanto oportunidades quanto desafios, como evidenciado pelo 'fenômeno da armadilha da dívida' em países menos desenvolvidos. O tópico aborda políticas de controle de exportação, reconfiguração das cadeias de suprimento e controle sobre investimentos estrangeiros. Destaca-se que, apesar da crescente competição, ainda há espaço para cooperação em questões globais, como segurança energética e mudanças climáticas, que requerem esforços coletivos.

O quarto Caderno de Geoeconomia, intitulado **Geoeconomia – estratégia das corporações na nova ordem econômica**, analisa como a instrumentalização da economia para fins geopolíticos está transformando as relações entre Estados e empresas em um cenário de fragmentação econômica e tecnológica. A expressão cunhada pelo mercado como de "clubes" e "cercas", por exemplo, descreve como novas alianças regulatórias facilitam negócios entre países com regulamentações alinhadas ou convergentes, enquanto barreiras dificultam a interação entre nações com rivalidades geopolíticas. O tópico apresenta a percepção de risco geoeconômico tanto sob a perspectiva estatal quanto corporativa, bem como aborda os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas e à transição para economias verdes, destacando o papel estratégico das energias renováveis e matérias-primas críticas. Discute, ainda, como inovações tecnológicas, como a cibersegurança e a geoeconomia de dados, são essenciais para proteger infraestruturas críticas e garantir a competitividade no cenário global.

Conclusões

No presente momento, o Brasil e as empresas brasileiras já estão enfrentando sérios desafios com a utilização da lógica da geoeconômica no mundo atual.

O Brasil certamente não será um grande *player* no jogo global da geoeconomia. Mas será impactado por políticas praticadas pelos grandes parceiros e terá que responder com políticas apropriadas que amenizem os resultados negativos para a sua economia. Mais além, o uso de instrumentos econômicos por outros países afetará diretamente as atividades das empresas no Brasil obrigando a adoção de novas estratégias de exportações e de importações.

Diante dessa análise, ressalta-se a necessidade de se refletir sobre o sistema multilateral de comércio a partir da lógica atual da geoeconomia, que já está transformando a regulação e suas bases econômicas e de direito internacional e que, certamente, orientará políticas industriais, de comércio internacional, de investimentos internacionais, e das relações econômicas entre os parceiros internacionais pelos próximos anos.

Geoeconomia, no momento presente, é o novo referencial analítico para se examinar os impactos econômicos das grandes transformações do mundo atual, envolvendo as áreas da Economia, do Direito e das Relações Internacionais.

Fatos evidenciam que a governança global atravessa múltiplas crises: guerras, invasões, epidemias, catástrofes climáticas, ataques cibernéticos, endividamentos crescentes, dívidas crescentes, desigualdade social, só para alinhar alguns deles.

O modelo econômico consolidado depois da Segunda Guerra Mundial, liderado pelos EUA e aliados, aponta sérias fissuras. O multilateralismo criado como base da governança econômica, centrado em organizações internacionais como Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial de Comércio, também está em crise.

As bases do modelo então defendido, de economia de mercado e do neoliberalismo, passaram a ser questionadas pelos próprios fundadores do sistema. A lógica que norteou o sistema multilateral do comércio e investimentos, refletido nas regras de liberalização de comércio de bens e serviços, investimento diretos e não discriminação entre países atingiu seu limite, e com ele, o modelo das grandes cadeias globais. O sistema baseado em regras do Direito Internacional Econômico também apresenta fraturas. A liberalização dos mercados deu lugar ao neoprotecionismo, aos largos subsídios, e à intervenção do Estado em setores específicos, principalmente os considerados de segurança nacional.

Em síntese, o mundo atual necessita de um novo referencial analítico que permita a reconstrução de um paradigma para o entendimento das macrotendências econômicas e políticas. Esse é o papel da Geoeconomia.

Desde 2015, estudiosos de diversas áreas começaram a oferecer um novo modelo de análise que permitisse visão mais ampla de uma lógica que explicasse os fatos que contestavam a ordem econômica mundial existente. A contrapor a lógica da geopolítica clássica apresentaram a lógica da geoeconomia.

Diante do novo referencial analítico, o Centro de Estudos de Geoeconomia do Comércio e Investimentos da EESP FGV tem como objetivo realizar pesquisas sobre políticas e regulação do comércio internacional, agora sob o referencial da moderna geoeconomia.

A intenção é a de orientar suas atividades para a nova realidade do mundo atual, redirecionando a área de pesquisa, cursos, palestras, publicações e atuação em eventos para a leitura mais detalhada das ações e políticas do comércio internacional e investimentos. A análise que se propõe inclui o sistema de regulação tradicional de comércio e investimento da OMC, da OCDE e do FMI, bem como a nova regulação do comércio sob a perspectiva da lógica da Geoeconomia.

Diante da realidade do mundo atual, o Centro pretende assumir papel de relevo no Brasil como um centro de pesquisa mais crítico, no âmbito da lógica geoeconômica, sobre a políticas e a regulação de comércio e investimentos dos principais parceiros internacionais do Brasil, dentre eles EUA, UE e China e de como elas afetam as políticas e atividades do Brasil.

O foco central será o de defender o fortalecimento das regras basilares do sistema multilateral incluindo OMC e acordos preferenciais, mas permitindo a flexibilização dos instrumentos, impedindo a ruptura do sistema. A destruição do sistema multilateral de regras de comércio e investimentos poderá ter efeitos devastadores tanto para países desenvolvidos como para os em desenvolvimento, como evidenciado por estudos recentes da OMC, FMI e OCDE.

Ênfase deverá ser dada à análise dos impactos regulatórios e econômicos da lógica geoeconômica para o Brasil, seus efeitos sobre a OMC, o Mercosul, BRICS+ e G20. A proposta do Centro inclui a elaboração de estudos e sugestão de políticas de comércio e investimento para o Brasil, bem como para as atividades das empresas, e de como ambos poderão enfrentar os novos desafios.

Os Grupos de Estudos do Centro estarão abertos a todos os estudiosos interessados, principalmente aos amigos da OMC.

Todos serão bem-vindos !

REFERÊNCIAS

BARACUHY, Braz. Geoeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. **Revista de Política Externa**, São Paulo, v.24, n 1, jul/dez 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/319905729/BARACUHY-Geoeconomia-A-Logica-Geopolitica-No-Comercio-Mundial-Politica-Externa>

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

LUTWAK, Edward. From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. **The National Interest**, n. 20, p. 17-23, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42894676>

ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

OXFORD HANDBOOK ON GEOECONOMICS AND ECONOMIC STATECRAFT – Aggarwal Vinog; Tai Ming Cheung (eds); February 2024. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/56064>

WIGELL, Mikael, et al. Navigating geoeconomic risks: towards an international business risk and resilience monitor. **Finnish Institute of International Affairs**, November 2022. Disponível em: <https://www.fia.fi/en/publication/navigating-geoeconomic-risks>

WIGELL, Mikael, et al. **Geo-Economics and Power Politics in the 21st Century The Revival of Economic Statecraft**, Routledge, 2019.